

Estudos para a efetivação das políticas públicas de cultura

Talita Vanessa Penariol NATARELLI¹

CALABRE, Lia (Org.). **Políticas culturais**: diálogos e tendências. Rio de Janeiro: Edições Casa de Rui Barbosa, 2010.

Políticas culturais: diálogos e tendências é um livro organizado por Lia Calabre (2010), resultante de Seminário realizado no auditório da Fundação Casa Rui Barbosa (FCRB) e produzido pelo Setor de Pesquisa em Política Cultural, durante os dias 4 e 5 de outubro de 2007, com o intuito de divulgar e debater trabalhos no campo das ações políticas, da diversidade, dos direitos e da economia da cultura. Composto por parte dos trabalhos apresentados no Seminário, a publicação visa trazer contribuições para o estudo das políticas culturais em nosso país.

A apresentação do livro, de autoria de Lia Calabre, doutora em História pela Universidade Federal Fluminense (UFF), além de pesquisadora e coordenadora do Setor de Estudos de Política Cultural da FCRB, menciona o que provavelmente moveu a sua edição: a atualidade do assunto, sendo um convite à discussão sobre o vasto e diversificado campo de estudo que engloba o universo da atuação política do Estado no campo da cultura. Integrada por dezessete trabalhos, a obra registra e organiza as discussões dos autores acerca de cinco temáticas que interagem entre si: políticas e cultura; conselhos de cultura; direito e cidadania cultural; diver(cidades); e, economia da cultura: práticas e campos.

No primeiro texto, “Economia, cultura e capital intangível: propostas para uma agenda de pesquisa”, Alain Herscovici demonstra que as produções culturais e imateriais se caracterizam pelo fato de sua valorização econômica ser independente de seus custos: assim, tanto a teoria clássica quanto a neoclássica não têm condições de explicar o valor dos bens e dos serviços culturais e imateriais, posto que o capital simbólico necessário à valorização econômica se constrói no seio de um campo social.

Para tratar do tema “Concine - 1976 a 1990”, Anita Simis faz uma análise dos quase 14 anos de existência do Conselho Nacional de Cinema, órgão que contou com a atuação de seis dirigentes, a edição de quatro estatutos diferentes e 195 Resoluções. A autora aborda a

¹ Bacharel em Direito e Mestranda em Sociologia pela Faculdade de Ciências e Letras, UNESP - Campus de Araraquara. E-mail: tatyphoenix@yahoo.com.br

trajetória deste Conselho, seus principais problemas de gestão, sua legislação e algumas hipóteses que possivelmente contribuíram para sua extinção, tendo em vista que, apesar de ter sido concebido durante o regime militar, o Concine tornou-se, aos poucos, um importante instrumento para a obtenção de uma política cultural aberta e democrática.

Em seguida, temos o texto “Movimentos sociais e produção de outras cidades possíveis”, de autoria de Barbara Szaniecki, o qual procura discutir a importância da luta contra aquilo que se reconhece como forma de desvitalização por parte dos poderes constituídos, mostrando que foi mediante a luta contra o Leviatã (Thomas Hobbes) paulista que a Ocupação Prestes Maia rompeu o nexo lógico entre eugenia e finalismo.

César Ricardo Siqueira Bolaño em “Economia Política, Comunicação e Cultura: alguns comentários sobre a regulação das comunicações no Brasil”, inicia seu artigo fazendo considerações acerca do campo de pesquisa da Economia Política da Comunicação, da Informação e da Cultura (EPC), o qual representa. Posto isso, o autor retoma a história da regulação das comunicações no país – o que inclui incursões acerca do Código Brasileiro de Telecomunicações e da Lei Geral de Telecomunicações – para situar o momento atual e as perspectivas de mudanças postas pela convergência e a digitalização.

Para tratar da temática “Criação, reestruturação e consolidação dos Conselhos Estadual e Municipais de Cultura: um relato da experiência do Ceará (2003-2006)”, Cláudia Souza Leitão traz uma discussão sobre os conselhos de cultura, seus significados, desafios e impasses ao longo dos processos históricos de institucionalização da cultura no Brasil.

Já texto de Cleodir da Conceição Moraes, “Festas da cultura paraense: o Conselho Estadual de Cultura do Pará em movimento (1967-1973)”, aborda a política cultural implementada pelo Estado brasileiro após o golpe civil-militar de 1964, partindo do exame dos primeiros anos de funcionamento do Conselho Estadual de Cultura do Pará (CEC/Pa).

“Criação, trabalho e democracia no capitalismo contemporâneo”, de Giuseppe Cocco, traça um panorama das novas relações entre democracia, criação e trabalho, a partir das reflexões de três autores contemporâneos: Gilles Deleuze, Antonio Negri e Paolo Virno. O artigo problematiza as clivagens tradicionais entre cultura, política e economia.

Frederico Lustosa da Costa, em “Cultura e desenvolvimento: referências para o planejamento urbano e regional de bacias culturais”, debate os aspectos conceituais das relações entre cultura, desenvolvimento e governança e do planejamento regional, examinando as possibilidades de se planejar o desenvolvimento local, a partir da cultura regional, com a introdução de instituições novas e a busca de governança. Para tanto, o autor

utiliza o percurso metodológico da experiência vivenciada pela bacia sedimentar do Araripe, região que se situa entre os estados do Ceará, Paraíba, Pernambuco e Piauí.

O trabalho de Octavio Getino, “Algunas experiencias de indicadores y mediciones culturales en America Latina”, revela um dos principais desafios existentes na atualidade para o desenho e gestão das políticas públicas de cultura, e para os agentes do campo cultural e comunicacional: a definição de indicadores culturais que sirvam para as medições quantitativas e qualitativas do setor. Para expressar seu posicionamento, o autor analisa alguns antecedentes de medições na América Latina, a medição da incidência de políticas culturais na sociedade, e as medições de consumos e imaginários.

Somente com o advento da Constituição Federal de 1988, a cultura passou a receber a determinação de que sua política deveria ser elaborada com a colaboração da comunidade. A partir dessa realidade, Francisco Humberto Cunha Filho, através de “Cidadania cultural: um conceito em construção”, indaga até que ponto esta determinação encontra efetividade, e o que pode ser feito para aperfeiçoar a participação do cidadão dito comum na vida cultural do país.

Com “Observatório da Diversidade Cultural: uma proposta de multiterritorialização”, José Marcio Barros procede à análise da implantação do Observatório da Diversidade Cultural em Belo Horizonte, suas premissas conceituais e suas propostas de integrar reflexão, experimentação artística, informação e formação de redes, provando por meio de raciocínio concludente que o trabalho com a diversidade cultural constitui-se como empreitada de negociação nos campos simbólico, político e econômico.

“A economia e a cultura: formação de valor e a construção de lugares de consumo e práticas culturais”, de Leandro Valiati, examina, inicialmente, os marcos teóricos do valor econômico, passando pela captura do conceito de valor cultural, para finalizar com o patrimônio cultural como estudo de caso. Com isso, o autor coloca em perspectiva em que medida a formação de lugares de sociabilização e inclusão são fruto do processo que objetiva a exclusiva valoração cultural ou podem ser condicionados pela valoração econômica das áreas em questão.

O ensaio “Concretude e expressão: um escopo mínimo para as políticas culturais”, de Leonardo Guelman, põe em debate a apropriação das políticas culturais nos discursos dos gestores públicos, bem como alguns aspectos da relação Estado-cultura e da mediação cultura-sociedade. O autor verifica as dificuldades encontradas para a efetivação das políticas culturais no Brasil, salientando sua necessidade de formulação e implementação.

“Cidadania e cultura: do povo à sociedade civil”, de Lucia Lippi Oliveira, faz referência às múltiplas lutas e transformações acontecidas nos últimos vinte e cinco anos do século XX nas histórias brasileira e latino-americana, discutindo conceitos e categorias que nos permitem revisar as relações entre Estado e sociedade, público e privado, cultura e política.

“Política cultural, herança comunista e hospitalidade num subúrbio francês”, de Márcia de N. S. Ferran, apresenta o contexto da política cultural em Aubervilliers, um subúrbio francês, expondo condicionantes institucionais e ações independentes com o objetivo de sublinhar sinergias e resistências que se estabelecem em um campo complexo. O texto logra êxito em atestar as desafiantes convergências culturais que ocorrem na periferia das capitais mundiais contemporâneas.

Em “O Patrimônio como expressão da nacionalidade: a função do Estado no setor cultural”, Tatyana de Amaral Maia investiga a criação do Conselho Federal de Cultura, nos idos de 1966, revelando que este fato possibilitou a atuação dos intelectuais da Academia Brasileira de Letras e do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro na orientação das políticas culturais do país.

O último texto, “O problema da efetivação dos direitos culturais”, de Vanessa Oliveira Batista, fecha a obra tratando do multiculturalismo na sociedade contemporânea, dos tratados internacionais sobre os direitos culturais, e das políticas públicas indispensáveis para se alcançar os direitos culturais assegurados por nossa vigente Constituição. Afirmando que o trabalho e o capital devem estar reconciliados na ordem da cultura para que seja possível promover a própria democracia, a autora nos prova que as políticas públicas nas áreas econômica, social e cultural são a maneira de se conseguir resultados mais contundentes na sociedade, ainda que esses sejam sentidos apenas a médio e longo prazo.

Por vivermos um momento em que a cultura passa a ser vista, finalmente, como necessidade humano-social, além de estar expressa em nossas leis orgânicas, estaduais e municipais como direito constitucionalmente garantido, torna-se mais do que indispensável realizar a transposição da lei para a realidade, e será somente através de iniciativas e ações embasadas em estudos incansáveis, como este notável trabalho analisado aqui, que conquistaremos tal intuito.